



Número: **OF./0160.1/2021**

Origem: Externa

Autor: Entidade Social

Regime: ORDINÁRIO

Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste, em Joaçaba, para JCI - Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em Joaçaba.

PARECER (ES) .....

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

EMENDA (S) .....

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**TRAMITAÇÃO**

**RUBRICA**

\* Lido no expediente da Sessão Plenária do dia \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
À Coordenadoria de Expediente em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Autuado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
À publicação em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Publicado no D.A. nº. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
À Consultoria Legislativa em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\* À Coordenadoria das Comissões em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\* À Comissão de \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\* Relator designado: Deputado Yves Siqueira / Yves Siqueira

\* Parecer do Relator: ( ) favorável ( ) contrário

\* Leitura do Parecer na reunião do dia \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

( ) aprovado ( ) rejeitado

\* À Coordenadoria das Comissões em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\* À Comissão de \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Relator designado: Deputado \_\_\_\_\_

Parecer do Relator: ( ) favorável ( ) contrário

Leitura do Parecer na reunião do dia \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

( ) aprovado ( ) rejeitado

\* À Coordenadoria das Comissões em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\* À Comissão de \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Relator designado: Deputado \_\_\_\_\_

Parecer do Relator: ( ) favorável ( ) contrário

Leitura do Parecer na reunião do dia \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

( ) aprovado ( ) rejeitado

\* À Coordenadoria de Expediente em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Incluído na Ordem do Dia em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Comunicado o Parecer ( ) favorável ( ) pelo arquivamento

Encaminhado ao autor o ofício nº. \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Obs: \_\_\_\_\_

\* À Coordenadoria de Documentação em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



**REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DA NORMA LEGAL QUE OUTORGOU O  
TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA**

**COORDENADORIA DE EXPEDIENTE**

(Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015)

**OFÍCIO Nº**

OF./0160.1/2021

Eu, Thiago Luiz Lopes Cordeiro, inscrito no CPF sob o nº 073.724.499-28, telefone nº 49 99959-6346, e-mail: [jcijoacaba@gmail.com](mailto:jcijoacaba@gmail.com) residente na Rua Sete de Setembro, nº 529, Edifício Bellagio, apto 802, Centro, Joaçaba/SC, CEP 89600-000 na qualidade de presidente da JCI - JOACABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA, requeiro ao(à) Deputada Marlene Fengler a alteração da Lei nº3822, de 10 de novembro de 2008, que outorgou a esta o título de utilidade pública, em razão de alteração de sua denominação social, nos termos do art. 7º da Lei nº 16.733, de 2015.

Declaro para os devidos fins, que fazem parte deste requerimento, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 7º da Lei que rege a matéria, os seguintes documentos:

- ( X ) alteração do estatuto, registrado em Cartório;
- ( X ) cópia da lei de utilidade pública municipal, atualizada;
- ( X ) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), atualizada; e
- ( X ) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica

Declaro, ainda, que o Sr. Guilherme Leonel Salvador, inscrito no CPF sob o nº 081.426.729-79, telefone nº 49 99968-1551, e-mail: [salvador.gui100@gmail.com](mailto:salvador.gui100@gmail.com) realizou o cadastro de usuário externo no portal SEI (<https://portalsei.alesc.sc.gov.br/>) para consultar o processo e responder a eventuais diligências.

Joaçaba/SC, 28 de outubro de 2021

<b>Lido no Expediente</b>
109ª Sessão de 03/11/21
A Comissão de:
(5) Justiça
Secretário

Assinatura do Presidente  
Thiago Luiz Lopes Cordeiro



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO E COMARCA DE JOAÇABA

Registro Civil de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Bruna Schaly Morais

Oficial Interina Designada



CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Certifico, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo os livros de Pessoas Jurídicas deste Ofício encontrei registrado sob o número 1158, no livro A-7, folhas 93 em 12/12/1997 o Estatuto Social da **CONSTITUIÇÃO DA CÂMARA JÚNIOR DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA** inscrita no CNPJ nº 80.621.675/0001-97. Certifico também que, consta registrado as demais alterações estatutárias: Alteração e Consolidação dos Estatutos Sociais registrada sob o número 2743, no livro A-19, folhas 45, em 28/12/2007, onde passa a constar a nova denominação da associação como sendo **JCI - JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA**. Era o que me cumpria a certificar de acordo com o que me foi verbalmente solicitado. Eu, Júlio Cesar Maia dos Santos, Escrevente, que o digitei, conferi, subscrevo, dou fé e assino.

O referido é verdade e dou fé.  
Joaçaba - SC, 01 de outubro de 2021.

*Júlio Cesar Maia dos Santos*  
JULIO CESAR MAIA DOS SANTOS  
Escrevente

Poder Judiciário  
Estado de Santa Catarina  
Selo Digital de Fiscalização Normal  
**GGF95543-VMF5**  
Confira os dados do ato em:  
<http://selo.tjsc.jus.br/>

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL  
Registros Civis das Pessoas Naturais e das Pessoas Jurídicas  
e Títulos Registrados das Pessoas Jurídicas  
e de Títulos e Documentos  
Bruna Schaly Morais - Oficial Designada  
COMARCA DE JOAÇABA - SC

Digitado por: JÚLIO CESAR MAIA DOS SANTOS  
Emolumentos  
1 Certidão de documentos registrados pela primeira folha - R\$ 11,07  
1 Selo de Fiscalização pago (GGF95548-VMF5) - R\$ 2,82  
Total: R\$ 13,89

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

LEI Nº 3822 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2008.

**"DECLARADA DE UTILIDADE  
PÚBLICA A JCI JOAÇABA, HERVAL  
D'OESTE E LUZERNA."**

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a JCI JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Joaçaba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogada a Lei 1.713 de 09 de agosto de 1991.

JOAÇABA(SC), em 10 de novembro de 2008.

MARCOS ANTÔNIO ZANARDO  
Prefeito em exercício

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 12/11/2008*

*Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.*



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>80.621.675/0001-97</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>12/03/1990</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>JCI - JOACABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CAMARA JUNIOR DE JOACABA E HERVAL D OESTE</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>AV XV DE NOVEMBRO</b>	NÚMERO <b>180</b>	COMPLEMENTO <b>SALA 603</b>	
CEP <b>89.600-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>JOACABA</b>	UF <b>SC</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONTATO@CONPLANJBA.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(49) 3521-3939/ (49) 9984-2954</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/07/1998</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **27/10/2021** às **19:25:09** (data e hora de Brasília).

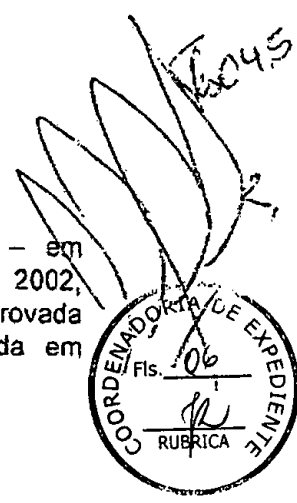
Página: 1/1

- E S T A T U T O -

OFÍCIO DE REGISTRO DE CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE JOAÇABA

Sob o Registro nº 02743, Livro A - 99019, Folha 045 Protocolo nº 000 e nº 06335, Livro A - 00013, Folha 049 em 26 de Dezembro de 2007. Apresentado pelo (a) Sr(a) JCI JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, que se Oficiais compareceu perante este Ofício e solicitou o registro do documento a seguir:

Alteração e Consolidação Estatutária - em atendimento as regras do Código Civil de 2002, Lei 9.790/99 (OSCIP) e Decreto 3.100 - aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 15/10/2007.



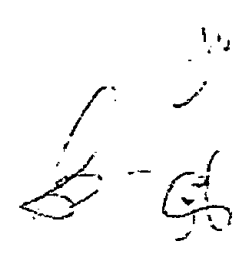
**Parte I**  
**Da denominação, sede e duração.**

**Artigo 1 -** A JCI JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, doravante denominada **CAPÍTULO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 80.621.675/0001-97, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, constituída nos termos da Lei 9.790/99, regulamentada pelo Decreto 3.100/99, com sede no município de Joaçaba, na Av. Getúlio Vargas, s/n, CEP 89600-000.

**Parte II**  
**Da Finalidade e Propósitos**

**Artigo 2 -** A finalidade e propósitos do **CAPÍTULO** serão de contribuir para o progresso mundial proporcionando às pessoas jovens a oportunidade de desenvolver a capacidade de liderança, a responsabilidade social, o espírito empresarial e o companheirismo necessário para criar mudanças positivas, através das seguintes atividades:

- a) Coordenação das atividades dos membros para alcançar esses objetivos;
- b) Promoção da afiliação de jovens dentro dos limites geográficos da ONM;
- c) Promoção do conceito da interdependência universal;
- d) Promoção de atividades de cunho cultural e educacional;
- e) Promoção da assistência social;
- f) Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- g) Promoção gratuita da educação;
- h) Promoção gratuita da saúde;
- i) Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- j) Promoção da defesa, preservação e conservação do meio ambiente, mobilizações e campanhas educativas e ambientais voltadas ao desenvolvimento sustentável;
- k) Promoção do voluntariado;
- l) Promoção do desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza;
- m) Promoção e experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- n) Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- o) Promoção de estudos, pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades supra mencionadas.
- p) Debate dos problemas da comunidade, buscando e promovendo realizações tendentes à elevação cívica, moral, cultural e econômica, da comunidade local, regional, nacional e internacional;



- q) Participação individual ou coletiva dos programas internos de capacitação para desenvolver o potencial de liderança;
- r) Desenvolvimento de projetos na área educacional, ambiental e cultural que se convertam em melhorias para a comunidade;
- s) Propugnar a consolidação das boas relações entre os povos, pela aproximação dos homens e realização de seus ideais;
- t) Promoção da integração entre os membros do **CAPÍTULO** com os demais membros filiados a JCI;
- u) Promoção de cursos, palestras e outras formas de capacitação;
- v) Fomento ao empreendedorismo e a geração de emprego e renda;
- w) Realização de campanhas de trabalhos voluntários, objetivando arrecadar recursos físicos, humanos, financeiros e levantar fundos para auxiliar na manutenção e concretização dos objetivos assistenciais e das políticas sociais do **CAPÍTULO**, junto as instituições públicas governamentais, entidades e grupos privados, bem como organizações não governamentais (ONG's), nacionais e estrangeiras;
- x) Realização de parcerias e/ou convênios com entidades, grupos, instituições ou organizações governamentais e não governamentais (ONG's), públicas ou privadas, em quaisquer órgãos federais, estaduais ou municipais, sejam nacionais ou estrangeiras, visando atingir os fins sociais e assistenciais do **CAPÍTULO**;
- y) Participação de movimentos, feiras e outros eventos associativos de interesse do **CAPÍTULO**;
- z) Promoção dos direitos estabelecidos na legislação pátria;
- aa) promoção dos interesses coletivos, homogêneos e difusos dos consumidores, em especial dos de serviços públicos e do sistema financeiro, dos contribuintes, dos trabalhadores e das demais categorias de hipossuficientes;
- bb) promoção dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administração pública direta e indireta.

**Parágrafo Primeiro** As atividades acima previstas configuram-se mediante a execução direta de projetos, promoções, eventos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

**Parágrafo Segundo:** O **CAPÍTULO** abster-se-á de toda atividade político-partidária e seus membros evitarão envolver suas atividades políticas pessoais com suas atividades juniorísticas, de forma que o público não possa interpretar que o **CAPÍTULO** esteja orientada politicamente num ou noutro sentido.

**Parágrafo Terceiro:** O **CAPÍTULO** abster-se-á de atividades sectárias ou religiosas e seus membros evitarão envolver suas atividades religiosas pessoais com suas atividades juniorísticas de forma que o público não possa interpretar que o **CAPÍTULO** esteja orientado no campo religioso num ou noutro sentido.

**Parágrafo Quarto:** O **CAPÍTULO** submete-se a Declaração Universal de Direitos Humanos; como exemplo da promoção do respeito e observância dos direitos humanos, liberdade e igualdade.

**Parágrafo Quinto:** O **CAPÍTULO** reconhece e respalda a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e dos Adolescentes.





**Parágrafo Sexto:** No desenvolvimento de suas atividades, o **CAPÍTULO** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

### Parte III Dos Membros



**Artigo 3 -** A afiliação individual estará aberta a pessoas jovens de ambos os sexos e de boa idoneidade moral, desde que preencham os requisitos deste Estatuto e do Manual de Normas do **CAPÍTULO**.

**Artigo 4 -** O **CAPÍTULO** manterá limite de idade de não menos de dezoito (18) anos de idade para o seu membro.

**Artigo 5 -** Considerar-se-á membro ativo aquele com não mais de quarenta (40) anos de idade.

**Parágrafo Único:** Considerar-se-á exceção ao artigo anterior, o caso do Presidente Anterior que poderá servir na função, quando já completo os quarenta anos, por período não superior a 01 (um) ano.

**Artigo 6 -** A admissão de membros submete-se aos requisitos abaixo, sem prejuízo de outros fixados neste Estatuto ou no Manual de Normas:

I - A proposta deverá ser feita por escrito, em formulário próprio, devendo ser assinado pelo candidato e por um proponente, que deverá ser membro da organização em pleno gozo de seus direitos e que avaliará a idoneidade moral do candidato;

II - Também poderá ser apresentada proposta de qualquer membro da organização, para apreciação da Assembléia, sem que o candidato tenha conhecimento;

III - O pedido será apresentado à deliberação da Assembléia Geral do **CAPÍTULO**, sendo considerado aceito quando ocorrer deliberação favorável da maioria simples de seus componentes.

**Artigo 7 -** São direitos dos membros:

I - ter voz e participação nas Assembléias Gerais e nos eventos do **CAPÍTULO**;

II - apresentar trabalhos e sugestões com vistas ao cumprimento das finalidades do **CAPÍTULO**;

III - apresentar ou reclamar ao Conselho Diretor, sempre por escrito, matéria de interesse, cuja decisão contrária caberá recurso à Assembléia Geral Extraordinária, convocada para tal fim, com quorum mínimo estabelecido neste Estatuto;

IV - representar junto ao Conselho Fiscal ante a ocorrência de irregularidade, fraude ou desvio de finalidade de que tiver conhecimento;

**Parágrafo Único** – Somente os membros ativos estarão aptos a emanar voto, propor moções em Assembléias, bem como serem votados para os cargos do Conselho Diretor.

**Artigo 8** - São deveres dos membros:

- I – cumprir e fazer respeitar as disposições estatutárias e do Manual de Normas;
- II – acatar e respeitar as decisões do Conselho Diretor e da Assembléia Geral;
- III – contribuir para o êxito do projeto e das atividades, com vistas à concretização das finalidades do **CAPÍTULO**;
- IV – manter conduta compatível com a ética e a moral para preservação e desenvolvimento dos objetivos sociais e assistenciais.

**Artigo 9** - Pela inobservância de quaisquer dos deveres consignados neste Estatuto, poderão ser aplicadas aos membros, pelo voto concorde de 2/3 (dois terços) do Conselho Diretor, assegurado o contraditório e a oportunidade de apresentar defesa oral ou escrita, as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – suspensão;
- III – exclusão.

**Parágrafo Primeiro** – A aplicação de quaisquer das penalidades dependerá sempre da comprovada existência de justa causa ou de indícios veementes da ocorrência do fato grave atribuído ao membro.

**Parágrafo Segundo** – Caberá recurso com efeito suspensivo, no prazo de quinze dias da ciência da decisão, à Assembléia Geral Extraordinária que será convocada especialmente para julgar este recurso, no prazo de trinta dias do recebimento do mesmo, vedada qualquer pauta adicional.

**Artigo 10** - O membro sofrerá perda de direitos ou será desfilado nos seguintes casos:

I - Sempre que 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Diretor opinar que um membro está deixando a desejar ou comprometendo com o bom desempenho das atividades ou projetos do **CAPÍTULO** poderá suspender ou terminar com sua afiliação, sujeita à ratificação dessa decisão por Assembléia Geral.

II - Todo membro que está atrasado com o pagamento de suas cotas por mais de trinta (30) dias perderá o direito a voto nas reuniões do **CAPÍTULO**. O membro cujas cotas estão atrasadas por mais de noventa (90) poderá ser desfilado.

III - Por três (03) faltas consecutivas às reuniões plenárias e sem motivo justificado, perderá o direito a voto. Por seis (06) faltas consecutivas sem motivo justificado, poderá ser desfilado.

IV – A desfiliação de que trata os itens II e III deste artigo ocorrerá por decisão do Conselho Diretor, com necessidade de 2/3 dos votos.



**Artigo 11** - O membro que tiver seus direitos suspensos por falta de pagamento ou de comparecimento às reuniões plenárias, readquirirá seus direitos a partir da quitação de seu débito para com o **CAPÍTULO** no caso de falta de pagamento, ou, pelo comparecimento consecutivo a três reuniões plenárias se a penalidade for aplicada em função de ausência não justificada às reuniões plenárias.



**Parte IV**  
**Dos Órgãos Administrativos**

**Artigo 12** - São órgãos da Administração do **CAPÍTULO**:

- I - Assembléia Geral
- II - Conselho Diretor
- III - Conselho Fiscal

**Artigo 13** - A Assembléia Geral será o órgão soberano do **CAPÍTULO**, e será constituída por todos os membros que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários, conforme este Estatuto e o Manual de Normas do **CAPÍTULO**.

**Artigo 14** - Compete a Assembléia Geral:

- I - Discutir e deliberar sobre todo e qualquer assunto do interesse do **CAPÍTULO** para os quais for convocada;
- II - Eleger o Presidente Subseqüente, Conselho Fiscal e Conselho Diretor;
- III - Deliberar sobre a reforma do Estatuto e ou Manual de Normas;
- IV - Deliberar sobre a extinção do **CAPÍTULO**;
- V - destituir o Conselho Diretor e Conselho Fiscal no todo ou em parte;
- VI - aprovar e homologar as Contas submetidas anualmente a sua apreciação pelo Conselho Fiscal;

**Parágrafo Único:** Para as deliberações a que se referem os incisos III e V, é exigido o voto de concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a totalidade dos associados ou com ao menos cinquenta por cento dos membros nas convocações seguintes.

**Artigo 15** - A Assembléia Geral Ordinária será realizada duas vezes por ano, em sendo:

- I - A primeira até 31/03 de cada ano, para Discutir, Votar e Homologar as contas e o balanço anual aprovado pelo Conselho Fiscal;
- II - A segunda até trinta dias antes da Convenção Nacional da JCI BRASIL, para eleição do Presidente Local para o ano subseqüente, eleição do Conselho Fiscal para o ano subseqüente, e eleição do Conselho Diretor para o ano subseqüente;

A handwritten signature is located in the bottom right corner of the page.

Artigo 16 - A Assembléia Geral Extraordinária será realizada quando convocada:

I - pelo Conselho Diretor;

II - pelo Conselho Fiscal;

III - por 1/5 membros quites com as obrigações sociais.

Artigo 17 - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada para fins determinados, mediante prévio e geral anúncio, através de edital de convocação afixado na sede da entidade, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de cinquenta por cento mais um dos membros e, em segunda convocação, com qualquer número; exceto àquelas deliberações que tratam os incisos III e V do art. 14 deste Estatuto.

Artigo 18 - O CAPÍTULO adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação de processos decisórios.

Artigo 19 - O Conselho Diretor será eleito para o período de um ano, sempre coincidindo com o calendário fiscal, e agirá na conformidade deste Estatuto e do Manual de Normas do CAPÍTULO.

Parágrafo Único - O CAPÍTULO será administrado pelo seu Conselho Diretor e na falta deste por seu Conselho Fiscal.

Artigo 20 - O Conselho Diretor será composto pelo Presidente, pelo Presidente Anterior, pelo Presidente Subseqüente, pelo Secretário e pelo Tesoureiro.

Artigo 21 - Os membros do Conselho Diretor serão exonerados de sua função caso:

I - percam seus direitos e sejam desfilados em conjunto ou individualmente, na forma do artigo 14 inciso V deste Estatuto.

II - sejam punidos em conjunto ou individualmente, na penas previstas nos incisos II e III do artigo 9 deste Estatuto.

Artigo 22 - Compete ao Conselho Diretor:

I - elaborar e apresentar aos membros o planejamento estratégico do CAPÍTULO para os próximos 5 (cinco) anos;

II - elaborar e apresentar aos membros a proposta de programação anual;

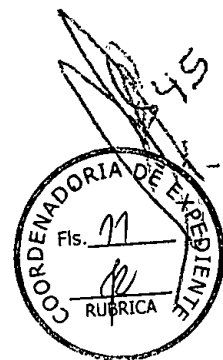
III - executar a programação anual de atividades;

IV - documentar e divulgar as ações e discussões relevantes;

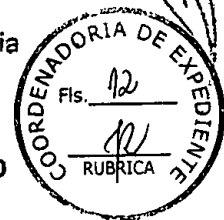
V - elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;

VI - reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

VII - contratar e demitir funcionários;



- VIII - fixar as contribuições anuais e as opções de pagamento para os membros;  
IX - Praticar todos os atos necessários ao cumprimento das resoluções da Assembléia Geral;  
X - Contratar Auditoria Externa;  
XI - Contratar profissional ou empresa capacitada para gestão contábil do **CAPÍTULO**



**Artigo 23** - O Conselho Diretor se reunirá:

- I - ordinariamente uma vez por mês;  
II - extraordinariamente sempre que for convocado;  
III - as convocações serão realizadas pelo Presidente ou por maioria simples dos membros ativos.

**Artigo 24** - Compete ao Presidente:

- a) responsabilizar-se pela Gestão e consecução dos objetivos e obrigações sociais e demais disposições deste Estatuto;  
b) presidir as reuniões do Conselho Diretor, reuniões plenárias dos membros e Assembléias Gerais;  
c) representar o **CAPÍTULO** em qualquer situação, judicial ou extrajudicial, ativa ou passivamente;  
d) apresentar informes a Assembléia Geral e ao Conselho Diretor;  
e) Articular parcerias;  
f) Promover a capacitação dos membros;  
g) Planejar a sua sucessão e preparar a continuidade dos projetos;  
h) Zelar pelo desenvolvimento sustentável do **CAPÍTULO**;  
i) Assinar em conjunto com o tesoureiro cheques de pagamentos, relatórios e contratos.

**Artigo 25** - Compete ao Presidente Anterior:

- a) apresentar o Presidente do **CAPÍTULO** como seu sucessor à sociedade de modo geral e as pessoas de seu networking;  
b) assessorar o Presidente naquilo que lhe for solicitado;  
c) prestar informações sobre qualquer fato ocorrido em sua gestão, dirimindo dúvidas porventura existentes;  
d) substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos ocasionais;  
e) desenvolver os trabalhos em álbuns que irão concorrer aos prêmios nas Convenções Nacionais, Conferências e Congressos Mundiais;  
f) servir de Assessor Legal do Conselho Diretor, das Reuniões Plenárias e das Assembléias;  
g) resolver questões de procedimentos parlamentares;  
h) zelar para que as Constituições da JCI e do **CAPÍTULO** sejam acatadas em todo momento;  
i) promover a elaboração e reformas do Manual de Normas do **CAPÍTULO**.

**Parágrafo Único** - Na ausência do Presidente Anterior, o Presidente poderá nomear, com a aprovação dos presentes, um dos membros para assessorar as reuniões do Conselho Diretor, reuniões plenárias dos membros e Assembléias Gerais.

**Artigo 26** - Compete ao Presidente Subseqüente:

- a) acompanhar o Presidente do **CAPÍTULO** como seu sucessor em eventos, projetos e solenidades da JCI e em geral;
- b) promover projetos que busquem o aumento de números de membros do **CAPÍTULO**;

**Artigo 27 - Compete ao Secretário:**

- a) ser o dirigente administrativo do **CAPÍTULO** e atuar sob a orientação direta do Presidente;
- b) preparar todos os avisos e informes;
- c) responsabilizar-se pelas atas, registros, livros e controles diversos;
- d) redigir correspondências, avisos, editais e outros documentos, assinando-os junto com o presidente;
- e) supervisionar todos os serviços da secretaria;
- f) preparar os informes das atividades do **CAPÍTULO**.

**Artigo 28 - Compete ao Tesoureiro:**

- a) encarregar-se dos livros e registros contábeis e financeiros do **CAPÍTULO** conforme determinado pela legislação;
- b) promover a arrecadação de cotas, taxas e contribuições diversas;
- c) efetuar pagamentos, controlar contas bancárias e outros movimentos financeiros, sob a orientação do Conselho Diretor;
- d) preparar balancetes mensais ou outros controles periódicos determinados pelo Conselho Diretor;
- e) preparar e/ou requisitar o balanço anual e informes subordinados a aprovação da Assembléia Geral.
- f) Assinar em conjunto com o presidente cheques de pagamentos, relatórios e contratos

**Parágrafo único** - A assunção de obrigações em nome do **CAPÍTULO**, inclusive movimentação de contas bancárias, emissão de cheques, transferências de valores, ordens de pagamento, assinatura de contratos e outros documentos financeiros serão assinados pelo Presidente em conjunto com o Tesoureiro.

**Artigo 29** - O **CAPÍTULO** não remunera sob qualquer forma seus dirigentes, seu Conselho Diretor ou Conselho Fiscal, bem como as atividades dos seus membros, cujas atuações são inteiramente gratuitas.

**Parágrafo Único:** Somente poderá remunerar aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades. Esta remuneração será sempre proporcional ao trabalho realizado.

**Artigo 30** - O Conselho Fiscal será constituído pôr 04 membros, sendo 03 efetivos e 01 suplente, que serão eleitos pela Assembléia Geral.

**Parágrafo Primeiro:** O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato do Conselho Diretor;

**Parágrafo Segundo:** Em caso de vacância, será convocada uma Assembléia Geral para eleição de um novo conselheiro.



A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

**Artigo 31 - Compete ao Conselho Fiscal:**

- I - examinar os livros de escrituração do **CAPÍTULO**;
- II - opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres ao Conselho Diretor e/ou Assembléias Gerais;
- III - requisitar ao Tesoureiro, e/ou ao Secretário, a qualquer tempo, documentação das operações econômicas - financeiras realizadas pelo **CAPÍTULO**;
- IV - acompanhar o trabalho de auditores externos independentes;
- V - convocar extraordinariamente a Assembléia Geral;

**Parágrafo Único** - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 04 meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Artigo 32 - A** - As deliberações do Conselho Diretor, Conselho Fiscal, reuniões plenárias de membros e Assembléias Gerais serão tomadas por maioria simples dos membros presentes e quites com as obrigações sociais, salvo quorum específico previsto neste Estatuto ou no Manual de Normas.

#### **Parte V Dos Recursos Financeiros**

**Artigo 33 - Os recursos financeiros necessários à manutenção do CAPÍTULO poderão ser obtidos pôr:**

- I - Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- II - Contratos e acordos firmados com empresas, instituições e agências nacionais e internacionais;
- III - Doações, legados e heranças;
- IV - Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- V - Contribuição dos associados;
- VI - Recebimento de direitos autorais e etc;
- VII - Serviços prestados a associados e terceiros;
- VIII - Eventos em geral

**Parágrafo Único** - O Capítulo não distribui entre os seus associados e possíveis parceiros, conselheiros, diretores ou doadores eventuais de excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidas no exercício de suas atividades; e toda arrecadação, rendas, auxílios, donativos, contribuições e saldos financeiros serão aplicados integralmente



na consecução de seu objetivo beneficente social, educacional e assistencial, nos termos do art. 14 e seus incisos, combinado com o art. 9º, IV, alínea c, do Código Tributário Nacional, de conformidade com os arts. 150, VI, c, e 195, §7º da CF/1988, que regulam, na espécie, matéria de imunidade tributária e/ou isenção de impostos.

#### Parte VI Do Patrimônio



**Artigo 34** - O patrimônio do **CAPÍTULO** será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública;

**Artigo 35** - No caso de dissolução do **CAPÍTULO** o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha os mesmos objetivos sociais;

**Artigo 36** - Na hipótese do **CAPÍTULO** obter e posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social;

#### Parte VII Da Prestação de Contas

**Artigo 37** - A prestação de contas do **CAPÍTULO** observará no mínimo:

I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - a publicidade, pôr qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras do **CAPÍTULO** incluindo as certidões negativas de débitos - CND junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III - a realização de auditoria, inclusive pôr auditores externos independentes se for o caso da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto no Manual de Normas;

IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina Constituição da República Federativa do Brasil.

#### Parte VIII Das Disposições Gerais

**Artigo 38** - O **CAPÍTULO** será dissolvido por decisão da Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Handwritten signature or initials in the bottom right corner of the page.







## DISTRIBUIÇÃO

O Senhor Deputado Milton Hobus, Presidente da Comissão, designou RELATOR do Processo Legislativo nº OF./0160.1/2021, o Senhor Deputado Moacir Sopelsa, Membro desta Comissão, com base no artigo 130, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019).

Em consequência, faça-se a remessa dos autos do Processo Legislativo acima citado ao Senhor Relator designado, observando o cumprimento do prazo regimental.

Sala da Comissão, em 5 de novembro de 2021

  
Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

**PEDIDO DE DILIGÊNCIA REFERENTE AO OFÍCIO Nº 0160.1/2021**

Nos termos do disposto no inciso VI do art. 130 do Regimento Interno desta Casa, fui designado à relatoria do Ofício nº 0160.1/2021, por meio do qual a Câmara Júnior de Joaçaba e Herval D'Oeste encaminha documentação para alteração da Lei que a declarou de utilidade pública estadual, em razão da mudança de sua denominação para JCI – JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, em cumprimento ao disposto na Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, e suas alterações posteriores.

Com efeito, da análise cabível, constatei que a Entidade deixou de apresentar, conforme exigência do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 16.733, de 2015, a **ata** em que haja o registro da alteração do nome da entidade [fazendo constar o novo nome].

Diante disso, entendo ser necessário recorrer ao disposto no inciso XIV do art. 71 do Regimento Interno desta Assembleia, após ouvidos os membros deste Colegiado, solicitando **DILIGÊNCIA** à referida entidade para que promova o saneamento da pendência acima apontada.

Sala da Comissão,

Deputado ~~Moacir~~ Sopelsa  
Relator

16/11/2021





FOLHA DE VOTAÇÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

- aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global  
 rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) MOACIR SOPELSA, referente ao

Processo OF./0160.1/2021, constante da(s) folha(s) número(s) 19.

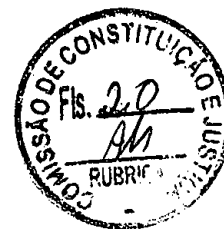
OBS.: Requerimento de diligência

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Milton Hobus	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ana Campagnolo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Fabiano da Luz	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. José Milton Scheffer	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Mauricio Eskudlark	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Moacir Sópelsa	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Paulinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Valdir Cobalchini	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião dos Estados  
Evandro Carlos dos Santos  
Coordenador das Comissões  
Matrícula 3748  
Coordenadoria das Comissões

16/11/2021



## Requerimento RQX/0322.8/2021

Conforme deliberação da Comissão de Constituição e Justiça, determino o encaminhamento do presente requerimento, referente à proposição OF./0160.1/2021 à Coordenadoria de Expediente para realização de Diligência Externa, a fim de que, regimentalmente, sejam tomadas as devidas providências, conforme folhas em anexo.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2021

Milton Hobus  
Presidente da Comissão

Ofício **GPS/DL/ 0897 /2021**

Florianópolis, 16 de novembro de 2021

Ilustríssimo Senhor  
**THIAGO LUIS LOPES CORDEIRO**  
Presidente da Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste  
Joaçaba - SC



Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Senhoria cópia do parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, ao Ofício nº 0160.1/2021, que “Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste, em Joaçaba, para JCI - Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em Joaçaba”, a fim de que seja providenciado o documento solicitado.

Na oportunidade, informo que a Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, poderá ser consultada através do site [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br), em Legislação Estadual.

Atenciosamente,

  
Deputado **RICARDO ALBA**  
Primeiro Secretário

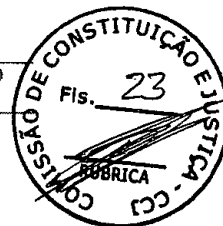


## DEVOLUÇÃO

Após fim de diligência por decurso de prazo, usando os atributos do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019) em seu artigo 144, devolve-se o presente Processo Legislativo OF./0160.1/2021 para o Senhor Deputado Moacir Sopelsa, para exarar relatório conforme prazo regimental.

Sala da Comissão, em 24 de fevereiro de 2022

Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria



## REDISTRIBUIÇÃO

Faça-se a remessa dos autos do Processo Legislativo nº OF./0160.1/2021, pelo princípio de REDISTRIBUIÇÃO, ao Senhor Deputado Valdir Cobalchini, Membro desta Comissão, por ter sido designado RELATOR, com base no artigo 130, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019), pelo(a) Sr(a). Dep. Milton Hobus, Presidente da Comissão.

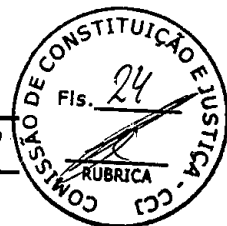
Informa-se que o prazo regimental final para apresentação do relatório expira no dia não definido.

Sala da Comissão, em 25 de fevereiro de 2022



Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria





**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA AO OFÍCIO Nº 0160.1/2021**

**OFÍCIO 0160.1/2021**

**Procedência:** Externo - Entidade Social.

**Ementa:** Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste, em Joaçaba, para JCI - Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em Joaçaba.

**Relator:** Deputado Valdir Vital Cobalchini.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados Membros desta Comissão.

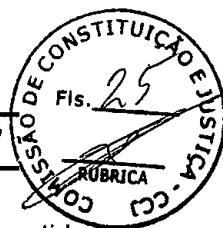
Retornam a esta Comissão os autos do Ofício nº 0160.1/2021, após diligenciamento (p. 18), aprovado por unanimidade em Reunião realizada, por este Colegiado, em 16 de novembro de 2021 (p. 19), em que a Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste, em Joaçaba, solicita a alteração da Lei que a declarou de utilidade pública estadual, devido à mudança de sua denominação para JCI – Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em Joaçaba, cumprindo dispositivos da Lei nº 18.269, de 9 de dezembro de 2021, que “Dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

Analisando o processo, constatei que a entidade não cumpriu o requerido na diligência (p. 18), pois deixou de apresentar a **ata da assembleia geral em que haja o registro da alteração do nome da entidade** [fazendo constar o novo nome], exigência contida no § 1º do art. 5º da Lei nº 18.269, de 2021, senão vejamos:

Art. 5º A entidade que promover a mudança de sua sede e/ou a de sua denominação social deverá solicitar à Alesc a alteração da norma legal que a reconheceu de utilidade pública estadual.

*u*





§ 1º Para fins de comprovação do disposto no *caput* deste artigo, a entidade deverá apresentar cópias da ata da assembleia geral e da alteração do estatuto em que conste a mudança de sua sede e/ou denominação, registradas em Cartório ou na Junta Comercial, bem como a lei de utilidade pública municipal e a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), atualizada.

§ 2º Recebida a documentação de que trata o § 1º deste artigo, o processo será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que providenciará a alteração legal. [...] (grifos acrescentados)

Além da Ata acima mencionada, a Entidade deverá apresentar os documentos atualizados, imprescindíveis à declaração de utilidade pública estadual, conforme prescrição do art. 3º da Lei nº 18.269, de 9 de dezembro de 2021, quais sejam: o Estatuto Social; o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade; o atestado de funcionamento; a ata de fundação; a Lei de utilidade pública Municipal; a ata de eleição e posse da diretoria em exercício; a declaração do presidente da entidade atestando a não qualificação como OSCIP; e o relatório circunstanciado.

Assim sendo, para que o processo esteja apto a adequada apreciação nesta Casa Legislativa, recorro ao disposto no inciso XIV do art. 71 do Regimento Interno desta Assembleia, após ouvidos os membros deste Colegiado, solicitando **NOVA DILIGÊNCIA** à referida entidade para que promova o saneamento das pendências acima apontadas.

Sala da Comissão,

Deputado Valdir Vital Cobalchini

RELATOR

15/03/2022





### FOLHA DE VOTAÇÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global

rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) VALDIR COBALCHINI, referente ao

Processo OF./0160.1/2021, constante da(s) folha(s) número(s) 24 A 25.

OBS.: Requisitos de Diligência

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Milton Hobus	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ana Campagnolo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Fabiano da Luz	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. José Milton Scheffer	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Marcius Machado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Mauro de Nadal	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Paulinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Valdir Cobalchini	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião ocorrida em 15/03/2022

Coordenadoria das Comissões  
Fabiano Henrique da Silva Souza  
Coordenador das Comissões  
Matrícula 3781




## Requerimento RQX/0024.1/2022

Conforme deliberação da Comissão de Constituição e Justiça, determino o encaminhamento do presente requerimento, referente à proposição OF./0160.1/2021 à Coordenadoria de Expediente para realização de Diligência Externa, a fim de que, regimentalmente, sejam tomadas as devidas providências, conforme folhas em anexo.

Sala da Comissão, 15 de março de 2022

Milton Hobus  
Presidente da Comissão

  
Fabiano Henrique da Silva Souza  
Coordenador das Comissões  
Matricula 3781



Ofício **GPS/DL/ 0041/2022**

Florianópolis, 15 de março de 2022

Ilustríssimo Senhor

**THIAGO LUIS LOPES CORDEIRO**

Presidente da Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste

Joaçaba - SC



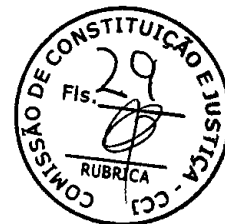
Senhor Presidente,

Reencaminho a Vossa Senhoria a solicitação contida no parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, ao Ofício nº 0160.1/2021, que "Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste, em Joaçaba, para JCI - Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em Joaçaba", a fim de que sejam providenciados os documentos solicitados.

Atenciosamente,

  
Deputado **RICARDO ALBA**

Primeiro Secretário



## DEVOLUÇÃO

Após fim de diligência por decurso de prazo, usando os atributos do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019) em seu artigo 144, devolve-se o presente Processo Legislativo OF./0160.1/2021 para o Senhor Deputado Valdir Cobalchini, para exarar relatório conforme prazo regimental.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 2022

  
Alexandre Luiz Soares  
Chefe de Secretaria





**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA AO OFÍCIO Nº 0160.1/2021**

**OFÍCIO 0160.1/2021**

**Procedência:** Externo - Entidade Social.

**Ementa:** Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste, em Joaçaba, para JCI - Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em Joaçaba.

**Relator:** Deputado Valdir Vital Cobalchini.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados Membros desta Comissão.

Trata-se do Ofício nº 0160.1/2021, em que a Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste, em Joaçaba, solicita a alteração da Lei que a declarou de utilidade pública estadual, devido à mudança de sua denominação para JCI – Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em Joaçaba, cumprindo dispositivos da Lei nº 18.269, de 9 de dezembro de 2021, que “Dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

Em data de 15/03/2022, esta Comissão aprovou meu Requerimento de Diligência à entidade, para o fim de que ela apresentasse os documentos atualizados, imprescindíveis à declaração de utilidade pública estadual, conforme prescrição do art. 3º da Lei nº 18.269, de 9 de dezembro de 2021, quais sejam: o Estatuto Social; o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade; o atestado de funcionamento; a ata de fundação; a Lei de utilidade pública Municipal; a ata de eleição e posse da diretoria em exercício; a declaração do presidente da entidade atestando a não qualificação como OSCIP; e o relatório circunstanciado.

*(Handwritten signature)*





Ocorre que em 24 de maio último passado, recebi a devolução destes autos, por decurso de prazo, haja vista a entidade não ter encaminhado a documentação exigida.

Considerando ser imprescindível a juntada da documentação já requerida anteriormente, para que se proceda a alteração pretendida pela entidade, é que volto a esta Comissão para solicitar novo Diligenciamento.

Assim sendo, para que o processo esteja apto a adequada apreciação nesta Casa Legislativa, recorro ao disposto no inciso XIV do art. 71 do Regimento Interno desta Assembleia, após ouvidos os membros deste Colegiado, para **REQUERER NOVA DILIGÊNCIA em face do Ofício 0160.1/2021**, para que a referida entidade promova o saneamento das pendências acima apontadas.

Sala da Comissão,



Deputado Valdir Cobalchini  
RELATOR

08/06/2022







### FOLHA DE VOTAÇÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, nos termos dos artigos 146, 149 e 150 do Regimento Interno,

aprovou  unanimidade  com emenda(s)  aditiva(s)  substitutiva global

rejeitou  maioria  sem emenda(s)  supressiva(s)  modificativa(s)

RELATÓRIO do Senhor(a) Deputado(a) VALDIR COBALCHINI, referente ao

Processo OF./0160.1/2021, constante da(s) folha(s) número(s) 30 A 31.

OBS.: REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Milton Hobus	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Ana Campagnolo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Fabiano da Luz	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. João Amin	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. José Milton Scheffer	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Marcius Machado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Mauro de Nadal	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Paulinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Valdir Cobalchini	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dep. Fernando Kelling	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

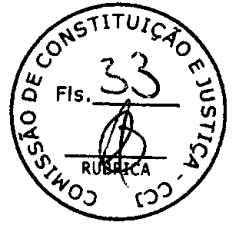
Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Reunião ocorrida em

08/06/2022

Fabiano Henrique da Silva Souza  
Coordenador das Comissões  
Matricula 3781

Fabiano Henrique da Silva Souza  
Coordenador das Comissões  
Matricula 3781



## Requerimento RQX/0112.0/2022

Conforme deliberação da Comissão de Constituição e Justiça, determino o encaminhamento do presente requerimento, referente à proposição OF./0160.1/2021 à Coordenadoria de Expediente para realização de Diligência Externa, a fim de que, regimentalmente, sejam tomadas as devidas providências, conforme folhas em anexo.

Sala da Comissão, 8 de junho de 2022

Milton Hobus  
**Presidente da Comissão**

  
**Fabiano Henrique da Silva Souza**  
Coordenador das Comissões  
Matricula 3781



Ofício **GPS/DL/ 0189 /2022**

Florianópolis, 8 de junho de 2022

Ilustríssimo Senhor

**GUILHERME LEONEL SALVADOR**

Presidente da Câmara Júnior de Joaçaba e Herval D'Oeste

Joaçaba - SC



Senhor Presidente,

Reencaminho a Vossa Senhoria a solicitação contida no parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, ao Ofício nº 0160.1/2021, que "Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Câmara Júnior de Joaçaba e Herval d'Oeste, em Joaçaba, para JCI - Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, em Joaçaba", a fim de que sejam providenciados os documentos solicitados.

Na oportunidade, informo que a Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", poderá ser consultada através do site [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br), em Legislação Estadual.

Atenciosamente,

  
Deputado **RICARDO ALBA**

Primeiro Secretário



## DEVOLUÇÃO

Após fim de diligência por decurso de prazo, usando os atributos do Regimento Interno (Resolução nº 001/2019) em seu artigo 144, devolve-se o presente Processo Legislativo OF./0160.1/2021 para o Senhor Deputado Valdir Cobalchini, para exarar relatório conforme prazo regimental.

Sala da Comissão, em 3 de agosto de 2022

  
Michelli Burigo Coan  
Chefe de Secretaria